

**A DISCRIMINAÇÃO E VULNERABILIDADE SOCIAL DAS
MULHERES TRANS E TRAVESTIS SOB A PERSPECTIVA DA
MEMÓRIA COLETIVA DE MAURICE HALBWACHS**

LA DISCRIMINACIÓN Y VULNERABILIDAD SOCIAL DE LA MUJERES
TRANS Y TRAVESTIS BAJO LA PERSPECTIVA DE LA MEMORIA
COLECTIVA DE MAURICE HALBWACHS

DISCRIMINATION AND SOCIAL VULNERABILITY OF TRANS WOMEN
AND TRAVESTIS FROM THE PERSPECTIVE OF THE COLLECTIVE
MEMORY OF MAURICE HALBWACHS

DOI: 10.22481/rbba.v11i01.10707

Náila Neves de Jesus
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Bahia, Brasil
ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6566671970631957>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3370-0639>
Endereço eletrônico: naila.neves@yahoo.com.br

Rita Maria Radl-Philipp
Universidade de Santiago de Compostela, Espanha
ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3659307303276059>
Endereço eletrônico: ritam.radl@usc.es

Resumo

O objetivo deste artigo é articular a discriminação e a vulnerabilidade social vivida pelas mulheres trans e travestis a partir da perspectiva da Memória Coletiva proposta por Maurice Halbwachs em que a memória é operacionalizada através dos marcos sociais que são elementos da vida social de um grupo. A partir da relação com essa teoria podemos refletir que há uma memória coletiva fundada no ciscentrismo e o heterocentrismo que legitima as práticas de violência, transfobia e exclusão

ISSN 2316-1205	Vit. da Conquista, Bahia, Brasil / Santa Fe, Santa Fe, Argentina	Vol. 11	Num. 1	Jun/2022	p. 164-182
----------------	--	---------	--------	----------	------------

social dessas pessoas, além da negação de seus direitos embora haja a construção de uma contramemória por parte do grupo das mulheres trans e travestis para sobrepor essa memória coletiva hegemônica.

Palavras-chave: Mulheres Transgênero. Memória coletiva. Maurice Halbwachs.

Resumen

El objetivo de este artículo es articular la discriminación y la vulnerabilidad social que viven las mujeres transexuales y travestis desde la perspectiva de la Memoria Colectiva propuesta por Maurice Halbwachs en la que la memoria se operativiza a través de hitos sociales que son elementos de la vida social de un grupo. A partir de la relación con esta teoría podemos reflejar que existe una memoria colectiva fundada en el ciscentrismo y el heterocentrismo que legitima las prácticas de violencia, transfobia y exclusión social de estas personas, además de la negación de sus derechos, aunque existe la construcción de una contramemoria por parte del colectivo de mujeres transexuales y travestis para solapar esta memoria colectiva hegemónica.

Palabras clave: Mujeres transgénero. Memoria colectiva. Maurice Halbwachs.

Abstract

The objective of this article is to articulate the discrimination and social vulnerability experienced by trans and transvestites from the perspective of Collective Memory proposed by Maurice Halbwachs in which, memory is operationalized through the social milestone that are elements of the social life of a group. From the relationship with this theory we can reflect that there is a collective memory based on ciscentrism and heterocentrism that legitimizes the practices of violence, transfobia and social exclusion of these people, in addition to the denial of their rights, although there is the construction of a counter-memory by the group of trans women and transvestites to overlay this hegemonic collective memory.

Keywords: Transgender Women. Collective memory. Maurice Halbwachs.

INTRODUÇÃO

O campo de estudos da memória é vasto e multidisciplinar e suas abordagens do que vem a ser a memória assumem, durante as décadas, teorizações e explicações que vão desde o campo neurológico, psicológico até as ciências sociais (GENSBURGER, 2016). No contexto dessas últimas obteve grande destaque a teoria de Maurice Halbwachs que analisou a memória sob o ponto de vista sociológico. Suas excelentes contribuições foram também apreciadas no campo da psicologia social à luz das influências da sociedade na memória do indivíduo e em sua identidade. Segundo Halbwachs, é a partir dos quadros sociais da memória que localizamos nossas recordações “... e é na medida que em nosso pensamento individual se realoca nesses marcos e participa nessa memória que seria capaz de recordar” (HALBWACHS, 2004, p. 09). A partir dos marcos sociais da família, religião, espaço, classes sociais, linguagem, organizamos e localizamos nossas recordações, sendo a memória dependente das relações que estabelecemos com os grupos de referência e esse processo é um trabalho de refazer, reconstruir as lembranças (BOSI, 1987). A memória para esse autor seria organizada por meio da realidade e se inscreve no presente; as imagens do passado não são revividas, mas sim conformadas a essas dimensões da realidade. Por sua vez, as recordações do passado não são revividas, mas sim, reconstituídas a memória coletiva é a atualização e reconstrução do passado segundos elementos dispostos no presente (COLACRAI, 2010; GRAEFF; GRAEBIN, 2018).

Utilizamos nesse presente trabalho, as valiosas contribuições desse autor sobre a memória coletiva para relacionar e analisar a experiência trans no espaço social que implicam na exclusão e vulnerabilidade dessa população e como a memória coletiva e os marcos influenciam essa experiência. A partir das décadas de 60 e 70, as discussões no âmbito acadêmico sobre o sexo e gênero ainda dentro do contexto epistemológico do conhecimento teórico das mulheres e feministas, dos chamados Women`s studies, e depois de ser introduzida a diferenciação conceitual e essa mesma discussão epistemológica com anterioridade por John Money e Robert Stoller no campo das terapias e pesquisas psicológicas referentes a pessoas que mostraram problemas de coincidência de identidade sexual e de gênero são amplos e difusos. Esses autores citados já falaram de “sex role” e de “gender role” (RADL-PHILIPP, 2010).

Para o nosso contexto, é especialmente importante lembrar que o mesmo Money já falava nessa época da identidade transgênero ao designar “transgenderism” uma condição psicológica/psiquiátrica de disforia de gênero (CASTEL, 2001). Enquanto eram discutidos a

construção social do gênero partindo de perspectivas teóricas aliadas, especialmente, a psicanálise, sociologia e filosofia, que além de explicar a desigualdade entre os papéis sociais femininos e masculinos de pessoas cisgêneras, esse debate possibilitou também uma reflexão sobre as identidades de gênero dissidentes, o movimento de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

Como sugerem Bruns e Pinto (2003) o gênero é plural e representativo de uma construção social. Conforme Lionço (2009), as travestis e mulheres transexuais são indivíduos de um gênero que não se representam pelo sexo de nascimento.

Segundo Fausto Sterling (2002) atribuir a um corpo o sexo ou gênero é masculino ou feminino é uma decisão social cuja (re)produção é proveniente da heterossexualidade que reitera essa norma através dos sistemas de linguagem, cultural e simbólico através de práticas performativas sendo o gênero uma tecnologia que opera nas instituições e produzem essa corporificação homem/mulher (BUTLER, 2019). Essa heterossexualidade classificável compulsória, oprime as identidades que fogem a essa matriz e obriga o indivíduo a viver em um gênero compatível a materialidade dos seus corpos. Ao equiparar a natureza com a heterossexualidade, essa passa se tornar uma norma social, política, econômica e jurídica, além de ser incorporada nas instituições e nos discursos (SOUZA; CARRIERI, 2010).

Os corpos e identidades que fogem à norma heterossexual compulsória tendem a sofrer a exclusão, a marginalização, a violência, a negação de direitos humanos básicos e no mais extremo, a perda de suas vidas (BUTLER, 2019). Patologizam suas identidades e procuram encontrar cura para seus ditos “transtornos”, afinal, a sociedade ainda determina de forma natural as condutas dos indivíduos através da vinculação do comportamento ao sexo, gênero à genitália “definindo o feminino pela presença da vagina e o masculino pelo pênis” (BENTO, 2008, p.17).

Em vista da discriminação sofrida na sociedade, as mulheres trans e travestis enfrentam continuamente contextos de exclusão social associado a baixa escolaridade, raça, dificuldades de inserção no mercado de trabalho, o que pode provocar a admissão no mercado sexual, não ter moradia ou serem expulsas do seio familiar, transfobia/travestifobia institucional, entre outras situações que acentuam a sua vulnerabilidade social e sustentam o status de subalternidade e precariedade das vidas trans.

Tomando a concepção da memória coletiva e dos marcos sociais da memória e entendendo a partir dessa teoria a importância dos espaços sociais, dos grupos sociais e dos

elementos coletivos para a localização e reconstituição do passado, como para a vivência e identidade do indivíduo na atualidade, pretendemos articular sobre quais seriam os ideais, comportamentos e valores que permeiam o entendimento e a visibilidade das vivências dissidentes de sexualidade e gênero, sobretudo, das experiências das mulheres trans e travestis no espaço social em que se reverbera a exclusão, a transfobia, nas instituições escolares, médicas, bem como o desconhecimento e o desrespeito a direitos humanos básicos já garantidos a essas pessoas, que tem por consequência precariedade de suas vidas e como a memória coletiva e os seus marcos sociais estão imbricados nesse contexto atendendo as exigências do presente que sustentam essas estruturas sociais de dominação e exclusão desse grupo.

2 A memória coletiva e os marcos sociais da memória de Maurice Halbwachs

Maurice Halbwachs (1877 – 1945), sociólogo francês, trouxe uma inovação ao campo da memória por dá-la um enfoque sociológico. Nas suas obras, Halbwachs traz a memória como um fenômeno operado por elementos sociais, diferente e outros autores que a defendem como uma experiência fenomenológica, individual, pura e inconsciente. Em 1925, escreve seu livro: *Les Cadres Sociaux de la Mémoire* (“Os quadros sociais da Memória”), no qual ele inicia a discussão sobre a memória coletiva. Esses “quadros” ou “marcos” coletivos da memória seriam “o resultado, a soma, a combinação das memórias individuais de muitos membros da mesma sociedade” (HALBWACHS, 2004, p. 1).

Halbwachs, de início, elege a linguagem, a família, a religião, tempo e o espaço como marcos sociais gerais responsáveis por demarcar a nossa memória individual e coletiva e a família, a religião e as classes sociais como marcos sociais específicos. Este autor considera a linguagem como um marco elementar da memória, pois é ela que materializa a memória (HALBWACHS, 2004, p. 104). Além disso, demonstra que não há memória sem os marcos “não há possibilidade de memória fora das estruturas utilizadas pelos homens que vivem em sociedade para fixar e recuperar suas memórias” (HALBWACHS, 2004: p. 101). A partir das reflexões sobre a fragilidade dos sonhos e da afasia é que Halbwachs vai designar a linguagem como um marco elementar e estável da memória (HALBWACHS, 2004).

Além da linguagem, Maurice Halbwachs traz a família, a religião, as classes sociais e a tradição como outros tipos de quadros sociais que operam na localização das recordações dos indivíduos, como já falamos. A família é considerada também um quadro social importante

para a recordação e localização da memória do indivíduo, pois é o seu primeiro grupo de referência e que essas recordações da família se desenvolvem em ‘muitos terrenos diferentes nas consciências dos diversos membros da família, ao passo que recorda à sua maneira da memória que envolveu aquele grupo tendo convívio ou não (HALBWACHS, 2004, p.175).

É no seio familiar que se inicia a formação do indivíduo em valores, crenças, comportamentos e normas sociais, e por sua vez, é o seu grupo de referência. Os indivíduos que mantêm relações em um mesmo grupo familiar, por interagirem continuamente e compartilharem as mesmas impressões e tradições apreendidas com os seus pares, sentem a resistência quando tentam romper com os laços familiares, devido a um distanciamento ou mudança de opinião sobre alguns desses costumes familiares apreendidos, pois a sua memória foi demarcada por esse grupo de referência (OLIVEIRA, 2020).

A religião também é apontada como um quadro social que estrutura a sociedade operando em coesão social sobre os indivíduos através dos seus ritos, símbolos, comportamentos, verdades e tradições religiosas. Esse marco conserva tradições religiosas de religiões primitivas, mesmo com novas crenças e novas instituições religiosas, para não perderem a identidade e referência de onde partiram, ou seja, as tradições são derivadas de reconstruções do passado para atender as necessidades do presente e assim sobreviver através do tempo (HALBWACHS, 2004; RIVERA, 2018).

Em seu livro Os quadros sociais da memória, Maurice Halbwachs apresenta as classes sociais e suas tradições como o marco de um sistema de classificação e hierarquização baseado em valores que unificam as memórias sociais, que sustenta as recordações do indivíduo (OLIVEIRA,2020; GRAEFF, GRAEBIN, 2018). Segundo Santos (2012), Halbwachs para explicar a memória coletiva das classes sociais, analisa que a classe burguesa se adapta às condições modernas. Ainda sobre essa adaptação das classes sociais a valores importantes do presente, Santos (2012, p.54) completa:

À medida que a sociedade se modificava, os indivíduos adquiriam novos valores, quer dizer, eles passavam a utilizar tradições que melhor poderiam servir à suas necessidades e tendências. Eles procuravam, portanto, novos valores dentro do quadro de possibilidades a eles aberto; seria a partir das ideias disponíveis que as novas concepções sobre trabalho seriam elaboradas.

Em se tratando da localização das recordações, o autor traz que o ato de lembrar requer reflexão; requer ação e os marcos atuam como pontos de referência para a rememoração do

passado na medida em que as localizações espaciais e temporais das lembranças são imprescindíveis para a memória. Nesse capítulo dedicado a localização das recordações, Halbwachs, discute sobre a natureza das nossas recordações e que não revivemos o passado, mas sim reconstruímos com base nos elementos do presente (HALBWACHS, 2004). A partir dessa concepção, Halbwachs aborda que a memória também é entendida como individual apresenta “traços coletivos, as lembranças não são possíveis fora dos marcos sociais” (RADL-PHILIPP; RADL, 2018, p.34), ratificando a característica coletiva e social das nossas recordações.

No entanto, na sua obra citada, Halbwachs não deixa explícito o conceito do que vem a ser a memória coletiva. É a partir do seu livro *Memória Coletiva*, que Halbwachs constrói o conceito da memória coletiva, ao passo que explica que não há como recordamos sem os marcos sociais, por que todas as nossas recordações permanecem coletivas (HALBWACHS, 2006, p. 30), ideia que o autor aprofunda em toda sua obra, na que enfatiza uma e outra vez na importância dos marcos sociais da memória dos que já falamos anteriormente. Destarte, é a partir dos quadros que localizamos e organizamos o passado e são eles que estruturam a memória.

A partir desses escritos póstumos, vemos a explicação da memória coletiva em relação ao tempo, espaço e a história e o entendimento acerca da memória coletiva e da memória individual. A memória se organiza a partir da realidade das relações com as pessoas, dos marcadores temporais, dos espaços que vivemos sendo que as imagens do passado se enquadram socialmente pelo espaço, linguagem e pelo tempo (GRAEFF; GRAEBIN, 2018).

Uma das coisas que Halbwachs afirma sobre a memória coletiva desde “*Les Cadres*”, é que o passado não é revivido como uma lembrança pura, mas sim reconstruído e atualizado com elementos do presente por meio da incorporação dos quadros sociais como pontos de referência (COLACRAI, 2010; GRAEFF; GRAEBIN, 2018). Esses quadros são instrumentos para operacionalização da memória, ou seja, como ela reconstrói o passado com base em cada época e com os pensamentos dominantes da sociedade (HALBWACHS, 2004), conforme Halbwachs nos aponta nesse fragmento: “eles [os quadros] são precisamente os instrumentos dos quais a memória se utiliza para recompor uma imagem do passado de acordo com cada época com os pensamentos dominantes da sociedade” (HALBWACHS, 1925, p.07).

A partir dessa ideia é que o caráter coletivo da memória se solidifica. Jamais lembramos sozinhos conforme Halbwachs (2006, p.30) assinala: “Nossas lembranças permanecem

coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos.” Para Bosi (1987), na teoria de Halbwachs, a memória do indivíduo é condicionada pelas suas relações com a família, classe social, com a igreja, com a profissão, entre outros grupos de convívio. Isto é, recordar, é para esse autor um trabalho e nunca é individual pois as memórias individuais perpassam pelas memórias sociais e coletivas dos grupos de referência do indivíduo.

De acordo com Halbwachs (2006, p.69) “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”. Em outras palavras, as memórias de cada indivíduo não podem ser idênticas, porque as posições ocupadas por cada pessoa na sociedade são únicas e particulares e sofrem a influência do tempo e do espaço. Nesse ponto de sua teoria, Halbwachs rejeita a noção de uma memória individual, pura, com imagens exatas do passado armazenadas no espírito, pois como já apresentamos, até mesmo nossas memórias individuais têm a inserção do que é social; não há contraposição entre a memória individual e coletiva. Mesmo que haja lembranças oriundas de experiências individuais, o indivíduo necessita reconstruí-la a partir de instrumentos presentes no meio social, como as palavras, as ideias e conceituações gerais fruto das convenções coletivas (RIOS, 2013), é de fato o sujeito sempre reconstrói com significados que são socialmente compartilhados com outros.

Além do mais, Halbwachs teoriza que as recordações se encadeiam por cruzamentos de “correntes de memórias” (GRAEFF, 2017, p.155), pois “só lembraremos se nos colocarmos no ponto de vista de um ou muitos grupos e se nos situarmos em um ou muitas correntes de pensamento coletivo” (HALBWACHS, 2017, p.41). Nesse ínterim, a participação do indivíduo em vários grupos faz com suas memórias se formem como uma espécie de mosaico, com vários fragmentos. A memória assume, para Halbwachs, um caráter relacional, condicionada a interação entre os indivíduos pertencentes a um grupo e influenciada por essas correntes de pensamento coletivo (RIOS, 2013).

Pela outra parte, dizer que a abordagem e interpretação presentista da memória na teoria halbwachsiana desperta muitas críticas pelos teóricos que questionam se essa característica sugeriria descontinuidade na história (COSER, 1992) e que Halbwachs negligencia o cunho dialógico e negociável da memória por desconsiderar os conflitos pela hegemonia da memória, as lutas e disputas de grupos sociais pela construção social do passado (PERALTA, 2007).

3 A discriminação das mulheres trans e travestis sob a ótica da memória coletiva e dos marcos sociais da memória

A memória é fruto de um processo coletivo e as lembranças são reconhecimento e reconstrução, como uma espécie de resgate dos acontecimentos e vivências que estão localizados em um espaço, tempo e em um conjunto de relações sociais sendo um construto importante para a formação da identidade do indivíduo (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993; RADL-PHILIPP; MARTINEZ-RADL, 2018).

Essas recordações, como vimos anteriormente, são formadas a partir de quadros elementares sociais e esses nos servem de referenciais para reconstruir o que vivemos (BARROS, 1989). Podemos assim dizer que esses quadros sociais se constroem com outros e são os que possibilitam as recordações; são como recordações estáveis que permitem ao indivíduo a recuperação do passado a partir das exigências do presente (COLACRAI, 2010).

Como já destacado anteriormente, os quadros ou marcos sociais da memória são a linguagem, a família, a religião, a classe social e as tradições etc., estão nas inter-relações de grupo, e são esses elementos que começamos a definir os papéis sociais com base no que apreendemos a partir desses marcos e quando surge algo adverso ao que temos construído em nossa memória a partir da família, as nossas relações de grupo e a religião, entre outros elementos, tendemos a rejeitar. É o que acontece quando trazemos a luz as novas identidades de gênero.

O gênero que nos é atribuído é algo que se constrói nas atividades cotidianas que realizamos (CALA; MATA, 2010). De acordo com Meyer (2013, p.17), o termo gênero intenciona

romper a equação na qual a colagem de um determinado gênero a um sexo anatômico que lhe seria “naturalmente” correspondente resultava em diferenças inatas e essenciais, para argumentar que diferenças e desigualdades entre homens e mulheres eram social e culturalmente construídas e não biologicamente determinadas.

Para Radl-Philipp (2010), uma concepção de identidade de gênero como um processo de construção social que emerge das participações experiências e vivências sociais ativas dos sujeitos e que “as características específicas do papel feminino e masculino dependem, por sua vez, das experiências históricas e sociais, coletivas e pessoais, das pessoas...” (RADL-PHILIPP, 2010). Nessa perspectiva, analisamos que os papéis de gêneros provêm de um construto

histórico-social, que muitas vezes traz uma concepção cisheteronormativa, misógina e machista, na qual a transexualidade e travestilidade são consideradas anormais, pois elas transgridem a normativa do sistema binário de sexo-gênero (WYLIE *et al.*, 2016).

Os marcos sociais exercem importante influência nas recordações do indivíduo podendo também moldar suas visões e opiniões. A memória do sujeito é constituída a partir dos marcos sociais, segundo defendemos aqui de acordo com as contribuições teóricas de Halbwachs, e esses marcos são transmitidos nas ações sociais com os outros através de elementos como a língua, os signos e os gestos (RADL-PHILIPP; MARTINEZ-RADL, 2018). Em se tratando do marco da linguagem, podemos fazer uma breve relação com as contribuições de Judith Butler (2019) no debate sexo-gênero. Para essa autora, o gênero passa a existir na dimensão da linguagem e é a partir dos discursos e das convenções verbais que nos é atribuído os papéis de gênero masculinos e femininos. Butler utiliza de um exemplo clássico que é a definição do sexo feminino ou masculino durante uma ultrassonografia, para demonstrar que o gênero e o sexo nos são atribuídos e que a partir dessa qualificação o corpo passa a ser pensado.

A marca do gênero parece “qualificar” os corpos como corpos humanos; o bebê se humaniza no momento em que a pergunta “menino ou menina?” é respondida. As imagens corporais que não se encaixam em nenhum desses gêneros ficam fora do humano, constituem a rigor o domínio do desumanizado e do abjeto em contraposição ao qual o próprio humano se estabelece (BUTLER, 2019, p.193-194).

É na dimensão da linguagem e da cultura que o ser humano passa a ser qualificado como tal. O gênero atua como uma tecnologia social operacionalizada nas instituições médicas, linguísticas, domésticas, escolares e produzem continuamente, corpos-homens e corpos-mulheres. A heterossexualidade como norma, se inscreve nos corpos desde seu nascimento através da repetição constante de códigos socialmente aplicados como naturais. É a partir dos atos repetitivos desses códigos sociais aplicados como naturais que a heterossexualidade se consolida como a matriz que confere a diferença entre os sexos (BENTO, 2017). Esses atos repetitivos performatizam a norma inteligível de gênero pautada na heterossexualidade entendida como compulsória naturalizando-a como a única forma de viver o sexo/gênero (BUTLER, 2019). Baseando-nos em Halbwachs (2004), nos conduz a reafirmar o papel fulcral do marco social da linguagem na demarcação da vivência do gênero, que ratifica a cisheteronormatividade como a única experiência válida.

A família e a religião podem ser consideradas também, marcos de considerável

importância, com impacto determinante, para a formação de nossas memórias mais remotas. Sobre a família ser considerada um importante quadro social da memória, Gérard Namer (2004), no posfácio do livro “Los Marcos Sociales de la Memoria” escreveu:

[...] [a família] é o modelo de toda hierarquia social concebida como um sistema que estabelecerá um papel obrigatório a um indivíduo: “Não existe um imperativo mais abstrato, nada de onde a rigidez se conforma como uma necessidade derivada das leis naturais, que as regras que definem as relações entre pais e filhos, marido e mulher (p.162)” (HALBWACHS, 2004, p.40).

A família é essencial para o desenvolvimento de nossos valores, comportamentos e normas sociais (OLIVEIRA, 2020). Na maioria das civilizações, esses dois quadros sociais (a família e a religião) são basilares para a formação da cultura e dos indivíduos. A partir do que aprendemos e internalizamos dentro do seio familiar e nas crenças religiosas que acreditamos, formamos as opiniões e conceitos a respeito do mundo e a sua ordem. O que aprendemos durante nossa formação religiosa tradicional, é que a família é composta por um homem e uma mulher com sexos biológicos correspondentes, normas que reprimem a sexualidade e o desejo e a regulação dos corpos. Outras identidades de gênero adversas a heteronormatividade são vistas e consideradas como abjetas e que devem ser marginalizadas e rejeitadas. Sobre as orientações sexuais dissidentes e seu caráter transgressor, Bozon (2004, p.53) comenta:

[...] a homossexualidade faz parte das perversões, mas, ao contrário de outras “espécies” do século XIX que permaneceram como extravagâncias sexuais (necrofilia, gerontofilia), essa categoria vai se implantar de maneira durável e, como forma canônica da transgressão, contribuir para reforçar as fronteiras da normalidade sexual [...]

Sobre o caráter da abjeção das minorias sexuais e de gênero, Rubin (2017) aponta que a sexualidade é permeada por conflitos de interesses e política de controle dos corpos a partir da punição e proibição de comportamentos, orientações e identidades que fogem a um padrão rígido imposto que destaca a heterossexualidade cisgênera como única norma. A visão que as identidades de gênero adversas ao padrão dicotômico e biológico homem/mulher são transgressoras é reforçada muitas vezes pelo quadro da família e pelo marco social da religião

O universo simbólico religioso dentro das sociedades tradicionais é estruturado por um mito de origem conjugado a origem do mundo e a origem do grupo e a memória coletiva religiosa é determinada pela organização, através da linguagem e das práticas cotidianas que são governadas pela tradição, que muitas vezes é conservadora (HERVIEU-LÉGER, 2005). É

uma estrutura que proporciona a coesão social através dos seus ritos, dogmas e tradições (OLIVEIRA, 2020). Impera nos discursos religiosos uma perspectiva androcêntrica que oprime e subjuga outras identidades de gênero (LOPES, 2013). Além disso, a religião é um dispositivo regulador da sexualidade, sendo que ela legitima e constrói concepções de masculinidades e feminilidades que operam como normativas para os seus membros (JESUS, 2012), questão que afeta de fato as mulheres trans e travestis de forma muito particular e em todas as facetas das suas vidas.

É sabido que a população trans é a que mais sofre discriminação e as que mais são afetadas com violências de todos os tipos, sendo o Brasil o país que mais mata pessoas transgêneros em todo o mundo. Segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA (2020), o Brasil ocupa o primeiro lugar no ranking de assassinatos de pessoas transexuais, com 124 assassinatos no ano de 2019, sendo o México o segundo lugar com a metade dos casos observados no Brasil.

A violência contra as pessoas trans é proveniente de uma combinação de fatores que começam desde a exclusão, discriminação e violência no próprio seio familiar, experiência de violência na escola e na sociedade em geral, além da falta de reconhecimento das identidades de gênero adversas ao modelo heteronormativo. Considerada até maio de 2019 como uma patologia, um transtorno mental de acordo a Classificação Internacional de Doenças (CID), a transexualidade (antes denominada de transexualismo) foi inicialmente discutida sob a pauta da psiquiatria durante os anos 1950. É interessante notar que patologização da transexualidade reproduz a matriz heteronormativa do sexo-gênero, ao considerar doença tudo que foge ao padrão binário homem-mulher heterossexual (ARÁN; MURTA; LIONÇO, 2009). As mulheres trans e travestis, sentem diariamente o peso da discriminação e trans/travestifobia que normalmente está associada à exclusão social, a baixa escolaridade e com as dificuldades para a entrada no mercado de trabalho, o que pode provocar sua admissão no mercado sexual.

Ao relacionarmos as contribuições de Halbwachs mencionadas no tópico anterior concernente a memória coletiva com a vulnerabilidade social das mulheres trans e travestis e os contextos de violência, discriminação e negação de direitos sofridos por elas, verificamos que os marcos que ele descreve como estruturantes da sociedade e organizadores das recordações dos indivíduos, apresentam caráter cisheteronormativo ao marginalizar e excluir as identidades e corpos que não estão compreendidos na inteligibilidade de gênero da matriz heterossexual compulsória. Assim, os marcos sociais da família, religião, linguagem e de classe

social reproduzem a heteronormatividade como única regra possível para a compreensão do sujeito que culmina no ciscentrismo/heterocentrismo enquanto sistema que centraliza a cisgeneridade e a heterossexualidade em detrimento das outras identidades sexuais e de gênero dissidentes, como as mulheres trans e as travestis, em espaços e tempos que continuam sobrevivendo historicamente. Por sua vez, o heterocentrismo e o ciscentrismo fundamentam e criam práticas heterossexistas e cissexistas que culminam em violências e violência extrema contra a população LGBTI+ (GASPODINI; JESUS, 2020).

Inclusive, os espaços sociais nos quais crescemos e desenvolvemos como a escola, as instituições públicas, os serviços de saúde, nossa casa, bem como as pessoas que habitam esses locais reproduzem as normas regulatórias do corpo-sexo-gênero como quadros sociais que materializam os corpos e trabalham “para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual” (BUTLER, 2000, p. 111).

Ao analisar o objeto de estudo que aqui propomos, consideramos que os papéis de gênero apreendidos com as nossas vivências dentro dos quadros sociais da família e da religião se constituem como fundamentais para a rememoração dos indivíduos que estão inseridos nesses grupos. Através da compreensão sobre os quadros/marcos sociais da memória, podemos conceber que a marginalização e a subvalorização das mulheres trans e travestis se dá em vista de uma memória coletiva construída em torno dessas mulheres que vai mais além da subvalorização e violência pela sua pertença do gênero que sofre estruturalmente o coletivo das mulheres em sim no sistema patriarcal nas sociedades atuais, com essas marcas de discriminação e violência a pessoas que não se conformam no padrão heteronormativo/dicotômico homem e mulher.

A marginalização e exclusão vividas por essas pessoas se originam das circunstâncias sociais definidas, sendo impossível pensar a memória fora desses marcos sociais (RADL-PHILIPP; MARTINEZ-RADL, 2018). A memória como concebemos aqui, não se trata de um objeto estático, externo as relações sociais ou estritamente individual e passivo; é preciso entender a memória como um fenômeno dinâmico e interativo. Há uma concordância com Michael Pollak (1989), para quem “a memória é um fenômeno construído”, é um produto de um trabalho de organização, no qual há um processo de rememoração, limitação, exclusão ou exaltação, que se pautam nas relações sociais, políticas e pessoais de certo indivíduo, grupo ou instituição, sendo aquele consciente ou não.

Em se tratando as vidas trans, não poderíamos deixar de mencionar as conquistas do

movimento trans em busca do reconhecimento dos direitos e luta contra a discriminação e violência no mundo como o direito ao nome social ou retificação do nome no registro civil, o direito a realizar o processo transexualizador de forma gratuita através dos sistemas de saúde, a criminalização da transfobia e a luta pela despatologização das identidades, cuja a data de 23 de outubro, se celebra o Dia Mundial da Luta contra a Patologização da Transexualidade (JESUS; ALVES, 2012).

Além disso, esse movimento pela despatologização logrou uma importante vitória em 2018 com a retirada da transexualidade da lista de doenças ou distúrbios mentais da 11ª Classificação Estatística Internacional de Doença e Problemas Relacionados à Saúde (CID-11), deslocando-a para a categoria de condições relativas à saúde sexual, embora, de acordo com esse deslocamento reflita ainda de diagnóstico a experiência trans (WHO, 2020; FAVERO; SOUZA, 2019). A organização Transgender Europe (TGEU, 2019), menciona que esse é importante passo na “despsicopatologização” das identidades trans, mas são esforços insuficientes para mudar a realidade dos serviços ofertados para essa população, pois não promove mudanças nos modelos de atenção.

Essas conquistas aliadas a inserção de mulheres trans e travestis na política, nos espaços acadêmicos e no destaque de suas pautas nos fazem pensar na construção de uma contramemória (SANTOS, 2012) ou contramarcos de memória como sugerido por Oliveira (2020) para contrapor a memória oficial hegemônica e confrontar e disputar os significados do passado com aqueles que detém o poder de construir sua memória coletiva e sua existência de acordo com suas crenças, comportamentos e sentidos do que é aceitável ou não. Através da afirmação dos corpos transgressores daqueles que se propõem a enfrentar as práticas sociais de discriminação, transfobia e viver fora dos limites impostos pela ciência, justiça, religião e normas sociais e da criação de espaços que tensionam a norma cisheterossexual, que se erguem pela luta política com agentes que estão no controle da memória oficial.

Apesar dos grandes avanços observados, vemos o recrudescimento dos direitos humanos para as pessoas trans e travestis, o aumento transfobia que culmina nos assassinatos de pessoas trans, acentuado em países periféricos como o Brasil e México que são os países que mais matam pessoas trans no mundo (TRANSGENDER EUROPE, 2020). Essa onda de violência também é observada em países cuja cultura e história trazem marcos da luta das pessoas trans como os Estados Unidos, no qual houve o aumento do assassinato de mulheres transexuais negras e latinas, cujos recortes raciais e étnicos demarcam maior vulnerabilidade e

estigma (NATIONAL CENTER FOR TRANSGENDER EQUALITY, 2020).

Também é verdade, que não podemos esquecer que na memória coletiva a questão da violência nesse caso, da violência contra as mulheres, é um fato que provém do significado da mesma identidade feminina que liga com sua condição de subalternidade. Nesse sentido a vulnerabilidade das mulheres trans também tem esse componente específico do gênero feminino subvalorizado pela sua pertença do gênero/sexo, não é a penas pela sua orientação e situação sexual específica, essa questão vai mais além do fato da transexualidade, ou dita de outra forma, encrudelece sua situação, mas também são vulneráveis e discriminadas pela sua condição de serem mulheres como todas as mulheres.

4 Considerações finais

Diante do exposto, podemos concluir que a teoria social da memória apontada por Halbwachs nos fornece subsídios robustos para analisar os processos de discriminação e vulnerabilidade social que são operados através dos quadros sociais que localizam e organizam as recordações do indivíduo, que por sua vez, são pautados no ciscentrismo e heterocentrismo, valorizando a heterossexualidade compulsória de corpos cisgêneros, provocando assim as práticas cissexistas e heterossexistas de violência, preconceito e transfobia contra mulheres trans e travestis, sustentadas também por uma discriminação da identidade de gênero feminina em geral, cuja posição na sociedade reitera uma subalternidade.

Embora haja notórias conquistas para as pessoas trans no reconhecimento dos seus direitos civis, nota-se o aumento da violência e assassinatos de pessoas trans em escala mundial, além dos discursos de ódio cada vez mais frequentes provocando a exclusão e marginalização desses sujeitos dos espaços sociais e a negação de seus direitos básicos a cidadania. Nessa linha, pode-se comprovar essa tese das identidades fragilizadas feminizadas dentre da mesma população LGBTI+, também nesse contexto mesmo já discriminado as mulheres trans e travestis sofrem maior discriminação e marginalização sendo alvo de violência, dificuldade de acesso a serviços básicos (inclusive a saúde). São pessoas marcadas pela marginalização e subvalorização que é produzida na sociedade proveniente de uma memória coletiva construída acerca da exclusão de identidades de gênero enfraquecidas feminizadas consideradas “inaceitáveis” frente aos padrões androcêtricos conservadores sociais.

Embora o contexto não seja favorável a essas identidades, suas conquistas no âmbito de

políticas públicas e reconhecimento de direitos civis e sexuais, a presença da identidade trans e travesti em espaços permeados pela memória dominante, como as instituições de ensino, o campo político e até mesmo a visibilidade dentro da população LGBTI+ demonstram a construção de uma contramemória que se contrapõe aos marcos sociais e a memória hegemônica, tensionando a cisheteronormatividade nas lutas contra os agentes que decidem as memórias que devem ser privilegiadas e oficializadas.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – ANTRA. O que fazer em caso de violência LGBTIfóbica. 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/03/cartilha-lgbtifobia.pdf>. Acesso em: 18.out.2020.

ARÁN, M; MURTA, D; LIONÇO, T. Transexualidade e saúde pública no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.14, n.4, p. 1141-1149, 2009.

BARROS, M.M.L. Memória e Família. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.29-42, 1989.

BENTO, B. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense. 2008. 222p.

BENTO, B. **A Reinvenção do Corpo – Sexualidade e Gênero na Experiência Transexual**. 3ª ed. Salvador: Editora Devires. 2017. 252p.

BITTENCOURT, K.A. Os marcos sociais da memória e a experiência da transexualidade. **Anais do 4º Seminário Internacional Desfazendo Gênero**. 2019. Disponível em: https://editorarealize.com.br/revistas/desfazendo_genero/trabalhos/TRABALHO_EV129_MD1_SA34_ID362_07102019135639.pdf. Acesso em: 10 de janeiro de 2020.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembrança dos velhos**. 2ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

BOZON, M. **Sociologia da Sexualidade**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. 172 p., 2004.

BUTLER, J. **Corpos que importam: limites discursivos do sexo**. 1ª reimpressão. São Paulo: n-1 edições, 2020.

BUTLER, J. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo**. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BRUNS, M; PINTO, M. **Vivência transexual: o corpo desvela seu drama**. Campinas, SP: Editora Átomo; 2003.

CALA, M.J; MATA, M.L. Género, identidad y memoria autobiográfica. **Estudios de Psicología**, v. 31, n., p. 3-20, 2010.

CASTEL, P.H. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do ‘fenômeno transexual’ (1910-1995). **Revista Brasileira de História**, São Paulo: Associação Nacional de História ANPUH, v. 21, nº 41, p. 77-11, 2001.

COLACRAI, P. Releyendo a Maurice Halbwachs. Una revisión del concepto de memoria coletiva. **La Trama de la Comunicación**, v. 14, p. 63-73, 2010.

FAUSTO-STERLING, A. Dualismos em duelo. **Cadernos Pagu**, n.17-18, p.9-79, 2002.

GASPODINI, I. B.; JESUS, J. G. de. Heterocentrismo e ciscentrismo: Crenças de superioridade sobre orientação sexual, sexo e gênero. **Revista Universo Psi**, v. 1, n. 2, p. 33–51, 2020. Disponível em: <http://seer.faccat.br/index.php/psi/article/view/1771/1131>.

GENSBURGER, S. Halbwachs’ studies in collective memory: A founding text for contemporary ‘memory studies’? **Journal of Classical Sociology**, v. 16, n. 4, p. 396–413, 2016.

GRAEFF, L.; GRAEBIN, C.M.G. Maurice Halbwachs: dos quadros sociais à memória coletiva. In: BERND, Z; GRAEBIN, C.M.G (Orgs.). **Memória Social: revisitando autores e conceitos**. Canoas, RS: Ed. Unilasalle, 2018. 175p.

GRAEFF, L. Memória Coletiva. Verbete. In: BERND, Z.; MANGAN, P. K. V. **Dicionário de expressões da memória social, dos bens culturais e da cibercultura**. 2. ed. Canoas: Ed. Unilasalle, 2017.

HALBWACHS, M. **Los Marcos Sociales de la memoria**. Rubí (Barcelona): Anthropos Editorial, 431 p., 2004.

HALBWACHS, M. **Memória Coletiva**. 2 ed. São Paulo: Centauro, 224p., 2006

HERVIEU-LÉGER, D. Catolicismo: a configuração da memória. **Revista de Estudos da Religião**, n. 2, p. 87-107, 2005.

JESUS, F.W. Unindo a cruz e o arco-íris: vivência religiosa, homossexualidades e trânsitos de gênero na Igreja da Comunidade Metropolitana de São Paulo. 2012. 302 fl. Tese (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2012.

JESUS, J. G.; ALVES, H. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. **Revista Cronos**, v. 11, n. 2, 28 nov. 2012.

LIONÇO, T. Atenção integral à saúde e diversidade sexual no processo transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios. **Physis**, n.19, p.43-63, 2009.

LOPES, M. **Gênero e discurso religioso**. RELEGENS THRÉSKEIA estudos e pesquisa em religião, v. 2, n.2, p.61-70, 2013.

MAGNO, L; DOURADO, I; SILVA, L. A.V. Estigma e resistência entre travestis e mulheres transexuais em Salvador, Bahia, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 5, 2018.

MEYER, D.S. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, G.L; FELIPE, J; GOELLNER, S.V (Orgs). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 9ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2013.

NATIONAL CENTER FOR TRANSGENDER EQUALITY (NCTE). Murders of Transgender People in 2020 Surpasses Total for Last Year In Just Seven Months. Disponível em: <https://transequality.org/blog/murders-of-transgender-people-in-2020-surpasses-total-for-last-year-in-just-seven-months>. Acesso em: 04.nov.2020.

OLIVEIRA, M.C.S. O feminismo acadêmico do jornal *Mulherio* na construção de uma memória contra o androcentrismo. 2020. 143 f. Dissertação (Mestrado em Memória: linguagem e sociedade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS. Vitória da Conquista, 2020.

PERALTA, E. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. **Arquivos da Memória: Antropologia, Escala e Memória**, v. 2, n. 1998, p. 4–23, 2007.

PINTO, M.J.C.; BRUNS, M.A.T. **Vivência Transexual**: o corpo desvela seu drama. Campinas, SP: editora Átomo, 2003.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

RADL-PHILIPP, R. Derechos humanos y Género. **Cadernos CEDES**, n. 81, p. 135-155, 2010.

RADL-PHILIPP, R.M. **Feminismo y conocimiento de las mujeres y del género: rememorando su historia particular**. In: LOMBARDI, José Claudinei; BITTENCOURT, Ana Palmira; MAGALHÃES, Livia Rocha (Orgs.). *História, Memória e Educação*. Campinas-SP: Alínea, 2011.

RADL-PHILIPP, R.; MARTINEZ- RADL, F. **Memória e ações comunicativas**. Uma visão teórica comunicativa interacionista da teoria sociológica de Halbwachs. In: PHILIPP, R; ALVES, A.E.S. *Memoria, género y educación: investigaciones y cuestiones epistemológicas*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, Servizo de Publicacións e Intercambio Científico, 2018, p. 31-46.

RIVERA, D. P. B. Linguagem, memória e religião no pensamento de Maurice Halbwachs. **HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 16, n. 51, p. 1177, 2018.

RIOS, F. D. Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo. **Revista Intratextos**, v. 5, n. 1, p. 1–20, 2014.

SANTOS, M.S. **Memória Coletiva e Teoria Social**. Coimbra: Annablume Editora. 2012.

SANTOS, C.A et al. Sexual Health in a Social and Cultural Context: A Qualitative Study of Young Latina Lesbian, Bisexual, and Queer Women. **J Racial Ethn Health Disparities**, v.4, v.6, p.1206-1213, 2017. DOI: **10.1007/s40615-016-0327-8**.

SOUZA, E. M; CARRIERI, A. P. A analítica queer e seu rompimento com a concepção binária de gênero. **Revista de Administração Mackenzie**, v.11, n.3, p. 46-70, 2010.

TRANSGENDER EUROPE (TGEU). TMM Absolute Numbers. 2020. Disponível em: <https://transrespect.org/en/map/trans-murder-monitoring/>. Acesso em: 04/11/2020.

TRANSGENDER EUROPE (TGEU). Guía de atención sanitaria trans-específica basada en los derechos humanos. 2019.

WYLIE, K et al. **Serving transgender people: clinical care considerations and service delivery models in transgender health.** **The Lancet**, p. 1-11, 2016, [http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736\(16\)00682-6](http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736(16)00682-6).

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). WHO/Europe brief – transgender health in the context of ICD-11. Disponível em: <https://www.euro.who.int/en/health-topics/health-determinants/gender/gender-definitions/whoeurope-brief-transgender-health-in-the-context-of-icd-11>. Acesso em: 04.nov.2020.